



Intervenção inicial da Ministra da Justiça na audição das comissões parlamentares sobre o Orçamento do Estado para 2020

20 janeiro 2020

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

O Orçamento de Estado para 2020 - que encerra uma década -, não pode desligar-se do passado quando acreditamos que é na continuidade de políticas coerentes e sustentadas que está a possibilidade de construir um país mais coeso e mais justo.

Políticas que devolveram aos cidadãos do interior do país desertificado e envelhecido a presença simbólica do Estado numa função de soberania; que permitiram que nos tribunais reabertos, convertidos em júzcos de proximidade se tenham realizado já mais de 4. 000 julgamentos, com mais de 25 000 intervenientes;

Políticas que facilitaram uma redução muito significativa das pendências processuais, que regrediram de 1.300 mil em 2015 para 770 mil no final de 2019, com taxas de resolução processual superiores a 100% nas 23 comarcas do país.

É o mais baixo volume processual desde 1996 - o ano em que o país passou a ter estatísticas da justiça.



Políticas que enfrentaram o potencial criminógeno das penas curtas de prisão e aumentaram o elenco de penas executadas na comunidade; Que eliminaram globalmente a sobrelotação prisional, reduzindo a população de 14 074 em finais de 2015 para 12 628 em 2019.

Políticas que encontraram uma resposta mais consentânea com o respeito pela dignidade humana dos adultos com capacidade diminuída, eliminando os institutos da interdição e da inabilitação e criando o estatuto do maior acompanhado.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Este orçamento permite aprofundar essas políticas e concretizar o essencial das medidas do XXII Governo Constitucional para a área da Justiça.

Medidas que têm como objetivo tornar a justiça mais próxima dos cidadãos, mais eficiente e ao serviço do desenvolvimento económico e social do país.

O orçamento total do Ministério da Justiça para 2020 é de 1.504,7 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 7,3 quando comparado com o orçamento estimado em 2019 e 2,4 relativamente ao orçamento inicial do ano transato.

Este orçamento permite-nos honrar os nossos compromissos em relação a cinco grandes eixos de ação política:

O reforço da proteção dos cidadãos mais vulneráveis;



O prosseguimento da modernização do sistema de justiça;
A aproximação dos serviços de justiça aos cidadãos;
O robustecimento do combate à corrupção;
O cumprimento de medidas de requalificação de equipamentos prisionais, tutelares educativos e dos meios afetos à reinserção social.

*

Em matéria de proteção dos cidadãos mais vulneráveis, propomo-nos reforçar a prevenção e o apoio às vítimas de crimes violentos, em especial a violência doméstica - uma guerra silenciosa e transversal -, que figura em primeiro plano nos números dos crimes contra a vida - e que afeta maioritariamente mulheres e crianças.

Desde logo, melhorando a formação nas instituições da área da justiça vocacionadas para lidar com este fenómeno;

Fomentando uma intervenção multidisciplinar e interinstitucional que agregue saberes, competências e meios de entidades públicas e privadas;

Apoiando a criação de Gabinetes de Apoio a vítimas de violência de género e violência doméstica junto dos Departamentos de Investigação e ação Penal, como os que existem já, instalados em moldes experimentais, nas comarcas de Braga, Aveiro, Coimbra, Lisboa-Oeste, Lisboa-Norte e Faro.

Criando condições para a interoperabilidade das várias bases de dados públicas suscetíveis de conter informação que permitam melhorar as condições de avaliação do risco de revitimização.

Reforçando os programas de contenção de agressores.



Revalorizando as condições de exercício da Comissão de Proteção de Vítimas de Crimes Violentos.

Preocupamo-nos com as pessoas!

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

MODERNIZAÇÃO

Prosseguiremos o processo de modernização iniciado com o programa Justiça mais próxima, o grande projeto de transformação na área da justiça.

Hoje, quase quatro anos volvidos do início do programa de transformação digital, mais de 300 mil pessoas usaram os diversos serviços online de Justiça através da nossa Plataforma Digital; Plataforma onde se obtiveram mais de 230 mil certificados e certidões remotamente; onde mais de 75 mil interessados consultaram o seu processo judicial eletronicamente; onde mais de 85 mil cidadãos já pediram a renovação do seu Cartão de Cidadão online ou mais de 69 mil interessados na obtenção da nacionalidade, consultaram o seu processo.

Insistindo numa política de transparência, a Plataforma Digital da Justiça já disponibiliza informação e estatísticas em formato aberto, reunindo mais de 120 indicadores e uma dezena de cadernos temáticos, agregados por assuntos.



O processo de inovação e transformação digital na justiça portuguesa tem sido apontado como exemplo no plano europeu e internacional e está a ser acompanhado de muito perto, pela OCDE.

Para tecnologias de informação e comunicação (TIC) disporemos neste Orçamento de 42,5 milhões de euros.

O OE para 2020 permite-nos prosseguir o nosso percurso de simplificação e de aproximação da justiça aos cidadãos.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Partilhamos o princípio de que ninguém pode ser privado do acesso à justiça e aos tribunais em razão da sua condição económica.

Preocupamo-nos com as pessoas!

Na legislatura que findou refletimos sobre os modelos de organização e de financiamento e apresentámos propostas.

Voltaremos ao tema, na mesma lógica: a lógica de tornar o apoio judiciário mais efetivo, de molde a abranger todos aqueles que efetivamente dele necessitam, e assegurando maior qualidade ao resultado final, fomentando a formação contínua dos profissionais que prestam esse serviço.



A nossa proposta permite garantir o acesso ao direito a um universo mais amplo de cidadãos, alargando a base de beneficiários de proteção jurídica, por inclusão de um maior número de grupos sociais e de empresas.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

A afirmação de que precisamos de melhorar a eficácia no combate à corrupção e a criminalidade conexas colhe, seguramente o consenso nacional.

O Governo identificou no seu Programa um amplo conjunto de medidas e tem em curso a promoção de uma estratégia nacional integrada, compreendendo a prevenção e a repressão dos fenómenos corruptivos - robustecendo instrumentos jurídico-processuais já existentes e prosseguindo o processo de reforço dos recursos humanos e tecnológicos do Ministério Público e da Polícia Judiciária.

A definição das linhas dessa estratégia está a cargo de um grupo de trabalho liderado pela senhora professora Maria João Antunes, da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



Estamos convictos de que o essencial desse combate se faz pela prevenção e de que a intervenção da justiça penal se deve fazer de forma rápida e eficaz, só assim assumindo a sua função dissuasora.

Dissemos sempre que o combate à corrupção, na dimensão repressiva, apenas opera com uma combinação equilibrada de uma malha legislativa adequada, método e meios. E em linha com essa visão o Governo, como responsável pelo sistema, tem reforçado, como referi atrás, a dotação de meios humanos e tecnológicos da Polícia Judiciária e do Ministério Público.

Desde 2016, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) abriu anualmente concursos para o ingresso nas magistraturas. Os sucessivos cursos abertos têm privilegiado a magistratura do Ministério Público para a qual ingressaram já 171 auditores, estando prevista a admissão de mais 65 no curso que abrirá em 2020.

A Polícia Judiciária viu o seu fragilizado efetivo reforçado com a abertura de concursos para ingresso na carreira de investigação criminal de um total de 258 inspetores. Com estas entradas a investigação criminal da PJ recupera cerca de 25 % do seu efetivo atual. O Governo prosseguirá a execução do programa tendente ao seu reapetrechamento humano e tecnológico.

Entre 2015 e 2019 foi disponibilizada ao MP a verba total de 3,4 milhões de euros para investimento em tecnologias, e, em particular na criação de um novo sistema de gestão dos inquéritos.

Na Polícia Judiciária foram investidos entre 2018 e 2019 16,6 milhões de euros em tecnologias de informação, suportando 41 projetos de



modernização dos departamentos e áreas de suporte à investigação criminal, a exemplo das unidades de combate ao crime informático e crime económico-financeiro, incluindo formação na área de cibercrime e o apetrechamento há muito necessário, do Laboratório de Polícia Científica.

O Governo não esqueceu, nem esquecerá os senhores oficiais de justiça, cuja indispensabilidade ao funcionamento dos tribunais não sofre contestação, tal como é inquestionável o seu dedicado contributo para os resultados já alcançados.

REQUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL

Continuaremos a promover medidas que favoreçam a reinserção social dos reclusos; a formação dos jovens internados em centros educativos, a melhoria das condições de cumprimento de penas e das medidas de segurança dos inimputáveis;

Em dezembro de 2019 os ministérios da Justiça e da Saúde inauguraram uma unidade de internamento de psiquiatria forense no Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E., que disponibiliza 40 novas camas. A nova unidade veio dar resposta à situação de inimputáveis internados por decisão judicial, em unidades não integradas nos serviços prisionais.

Nós preocupamo-nos com as pessoas!



Continuaremos a promover a melhoria das condições de segurança no meio prisional.

Foi iniciado o processo para a primeira fase de construção do novo EP de Ponta Delgada e estão em curso procedimentos para a construção de um novo EP na margem sul do Tejo, no Montijo. Ambos os estabelecimentos têm já programas funcionais e estudos prévios de arquitetura.

Foi adjudicado em maio de 2019 o projeto de arquitetura relativo à remodelação de 13 pavilhões - atualmente desocupados - para criação de novos lugares nos EP de Alcoentre, Sintra, Linhó e Pinheiro da Cruz.

Estão em execução intervenções de requalificação no estabelecimento de S. José do Campo, Viseu. Foi iniciada a obra de requalificação do EP de Olhão, para alojar população feminina.

Estão programadas para 2020 16 intervenções em edificado prisional e de reinserção para um investimento de 4,9M Euros.

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados

Este Orçamento do Estado serve a justiça, na medida em pretende colocar as suas instituições ao serviço da harmonia e do bem-estar social, requisitos fundamentais para uma sociedade justa e equilibrada.



Nas sábias palavras de Victor Hugo, «a primeira igualdade é a justiça». Investiremos todo o nosso empenho e rigor na concretização dessa visão. E é com essa pré disposição que nos apresentamos hoje aqui, perante V.Ex^{as}.

Muito obrigada.

Um bom ano para todos!